

A FOME E A ESCASSEZ NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: REVISITANDO O PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO EM RELAÇÃO AO BRASIL E AO NORDESTE

Francisco Fransualdo de Azevedo

Doutor em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ffazevedo@gmail.com

Fernanda Laize Silva de Lima

Aluna de Graduação em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
fernanda.laize@gmail.com

Rafael Pereira da Silva

Mestrando em Geografia– Bolsista CNPq
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
rps.geo@hotmail.com

RESUMO

Este texto tem como objetivo principal fomentar discussões que versem sobre temáticas como a fome, desigualdades e contradições socioespaciais, fatores esses que ratificam a reprodução – desigual e combinada – do capital. A discussão apresentada sobre esta problemática está pautada na leitura de textos clássicos de Josué de Castro, como as obras “Geografia da fome” e “Geopolítica da Fome”, as quais nos ajudam a compreender a fome, em suas diferentes formas de manifestação. Na tentativa de realizar uma leitura contemporânea sobre a problemática em tela, optou-se por entendê-la como uma forma perversa de escassez, que se (re)define e se (re)afirma no período técnico-científico-informacional. Neste período, apesar do uso político da técnica, da modernização da agricultura e das políticas compensatórias do Estado brasileiro, que teoricamente seriam capazes de mitigar ou acabar com essa mazela social, vemos que a fome, bem como todas as demais formas de escassez, assumem a função de (re)significar as desigualdades sociais e a manutenção da pobreza.

Palavras-chaves: Fome; escassez; Josué de Castro, Período técnico-científico-informacional; Brasil

HUNGER AND SHORTAGES IN THE PERIOD TECHNICAL-SCIENTIFIC- INFORMATIONAL: REVISITING THE THOUGHT OF JOSUÉ DE CASTRO

ABSTRACT

The article that presents itself now has as main objective to foster discussions that deal with issues such as hunger and inequalities, and contradictions that serve to support reproduction -uneven and combined-the capital. The discussion on this issue is guided reading of classics by Josué de Castro, as the work “Geography of Hunger” and “The Geopolitics of Hunger”, which help us understand the hunger in its various manifestations. In an attempt to make a contemporary reading of the problems of hunger, it was decided here by understanding it as a perverse form of scarcity, which is (re)define and (re) asserts the period technical-scientific-informational. During this period, despite the political use of technology, modernization of agriculture and the welfare policies of the Brazilian state, which theoretically would be able to mitigate or stop this social illness, we see that hunger, as well as all other forms of scarcity, assume function of (re) signify the maintenance of social inequalities and poverty.

Keywords: Hunger, shortages, Josué de Castro, period technical-scientific-informational; Brazil.

Recebido em 05/03/12

Aprovado para publicação em 13/06/12

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente artigo tem como objetivo central apresentar uma discussão sobre as contradições socioespaciais desencadeadas pelo processo de reprodução do capital, elucidando ainda, de que forma este processo corroborou e corrobora para a manutenção e o adensamento da fome no Brasil e, sobretudo no Nordeste. No intuito de atingir tal finalidade, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Dentre os autores e obras pesquisados, destacam-se Castro (1959a,1966) e Santos (2001, 2008). Tendo em vista que no meio acadêmico são poucos os estudos dessa natureza, este trabalho se constitui em um desafio e, portanto, um trabalho de fundamental importância.

Para a consecução dos objetivos, o trabalho está dividido em cinco seções. Inicialmente, busca-se definir o conceito de fome, de acordo com a obra de Josué de Castro. Da mesma forma, são feitas ponderações sobre a influência do modelo produtivista adotado pelo Brasil no processo de agravamento das desigualdades socioespaciais. Ademais, realizou-se a análise da contraditória permanência da fome, uma vez que esta deveria ter sido eliminada, em virtude do desenvolvimento da técnica alcançado no atual período histórico. Não obstante, verificou-se que a problemática da fome se acentua na região Nordeste brasileira, de modo que se optou por aprofundar a análise sobre a mesma. E, por fim, se apresenta uma forma de compreensão da fome no presente.

Com esta análise, espera-se contribuir para a emergência de novos debates, discussões e compreensões sobre a histórica e aperversa problemática da fome, a qual se constitui em uma forma de escassez que se reproduz constantemente, juntamente com o capital e todas as demais desigualdades que exclui e fragiliza camada significativa da população brasileira, desapropriada dos meios de produção.

A FOME SEGUNDO JOSUÉ DE CASTRO

Quais os reais motivos que historicamente levaram à manutenção de um silêncio absoluto acerca da problemática da fome? O fato é que tanto o sexo quanto a fome tornaram-se estrategicamente verdadeiros tabus, todavia esta última possuía razões ainda mais fortes – de ordem política e econômica, e não só moral – para constituir-se uma temática proibida na sociedade. “A fome, que dizimava as populações do terceiro mundo, era escamoteada, era abafada, era escondida. Não se falava do assunto que era vergonhoso: a fome era tabu” (CASTRO, 2003, p. 47).

Trata-se de um processo de alienação do homem que permite que a consciência adormecida dos nutridos não se incomode com os famintos, falseando a realidade social da problemática da fome. Afinal, a verdade sobre a fome se constitui em um tema delicado e perigoso, que aborrece os interesses hegemônicos e que, portanto, tem sido proibido ao grande público.

A fome é aqui entendida não simplesmente como a insuficiência da quantidade de alimentos necessária ao indivíduo, pois até mesmo a má constituição de um regime alimentar, a irregularidade no acesso ou a subalimentação põe em risco a população, mas compreendida como um fato complexo com amplitude geograficamente generalizado, ou a fome coletiva, compreendida em suas diferentes dimensões – biológica, sociológica, política, econômica e espacial. A fome pode ser endêmica (permanente), epidêmica (em ciclos), absoluta (de subnutrição), total ou parcial (CASTRO, 1980).

Ao contrário do que muitos gostariam de provar, a fome coletiva não é um fenômeno natural, mas uma criação do homem, o qual entende que a solução é forçar o controle da taxa de natalidade, acreditando que a causa principal do problema reside na limitação da capacidade produtiva de alimentos, quando na verdade, o problema está nos mecanismos criados pelo homem que provocam a má distribuição de toda a riqueza produzida (CASTRO, 1959a). Ainda no século XVIII, os neomalthusianos defendiam que ‘a fome era um mal necessário’, admitindo-se que seria melhor ter uma população desnutrida, a fim de se evitar uma superpopulação.

Entretanto, Castro argumenta (1959a) que não é a superpopulação que cria e mantém a fome, pelo contrário, é a fome que dá origem a superpopulação, ou seja, não é preciso reduzir drasticamente a população para melhor alimentá-la, pelo contrário, deve-se melhor alimentá-la

para que o seu desenvolvimento se processe de modo mais equilibrado. Assim, enquanto os neomalthusianos estavam preocupados com uma superpopulação, Josué de Castro passou a identificar a emergência de uma subpopulação, uma população que possui fome despótica e endêmica.

A fome não é consequência da superpopulação, uma vez que esta já existia em massa, antes mesmo da explosão demográfica do pós-guerra. Contraditoriamente, esta explosão vai se acentuar “na América Latina, na Ásia e na África, as quais não possuem níveis de vida elevados e não têm disponibilidades alimentares suficientes. Ao contrário, são as regiões mais pobres, mais subdesenvolvidas, mais famintas do mundo” (CASTRO, 2003, p. 45).

Verificou-se que a fome crônica, inversamente ao que se imagina, produz um aumento da fertilidade, intensificando a capacidade reprodutiva desses povos que possuem déficit alimentar latente. E sobre isso, “todos os fisiólogos são unânimes em reconhecer que, em condições normais, existe uma espécie de competição entre dois instintos – o de nutrição e o de reprodução – e, toda vez que um se atenua, o outro, imediatamente, se exalta” (CASTRO, 1959a, p. 129-130). De certo modo, isso explica as altas taxas de fecundidade e natalidade dos países pobres.

Sendo assim, Castro (2003, p. 51) observa que:

Querer justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome.

O fato é que por descaso e conveniência, milhares de crianças morrem ano após ano por inanição, ao mesmo tempo em que outros milhares convivem com a subalimentação e/ou subnutrição. A problemática da fome atinge parte considerável da população mundial que vive sob um regime alimentar insuficiente, deficitário socialmente e desarmônico.

A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO BRASIL: UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO PAUTADO NA (DES)VALORIZAÇÃO HUMANA

Pouco antes da metade do século XX, o mundo encontrava-se dividido entre os países centrais, que eram potências consolidadas e desenvolvidas, e países periféricos, os quais se caracterizam principalmente por ser, subdesenvolvidos e pobres. Iniciava-se nesse interstício a preocupação de Josué de Castro com a problemática da fome no mundo. Nota-se que na primeira metade do século XX, foram necessárias duas guerras mundiais e uma significativa revolução social, com um saldo de 17 milhões de mortos, sendo 12 milhões de fome, para que assim a civilização percebesse que não se podia mais negar a fome no mundo (CASTRO, 1959a).

Não obstante, nota-se que as transformações que passaram a ocorrer no Brasil, especialmente a partir da década de 1950, acirraram as desigualdades sociais e espaciais, produzindo heterogeneidade, contradições e escassez, portanto, acentuando a fome.

Nesse período, o país adotou um Modelo de Desenvolvimento, pautado na modernização da economia, pois objetivava a crescente urbanização e industrialização do país. Sendo o Brasil até então um país eminentemente agrário, se fazia necessário, portanto, investir na criação de infraestrutura e condições propícias para a alocação e reprodução do capital industrial e financeiro.

O Estado passou então a investir contundentemente no reordenamento do território nacional, a fim de viabilizar o processo de transição do país, de uma matriz agrário-exportadora para a urbano-industrial, atuando como o principal agente de criação de infraestrutura, inicialmente rodoviária, e posteriormente de serviços e de comunicação (SANTOS, 2008).

Todo esse investimento, voltado não para o bem estar social, mas para atender aos interesses das empresas que se instalaram no país, provocaria mais tarde, o endividamento do Estado,

que se deu pelos investimentos elevados e empréstimos feitos com o intuito de financiar a nova estrutura produtiva do país, e que gerou, por sua vez, graves problemas para este. Afinal, um dos principais desdobramentos desta política modernizante, foi a acentuação do desequilíbrio na Balança Comercial brasileira, corroborando para a manutenção da histórica desvantagem brasileira, em relação a outros países, pois esta sempre teve como principais produtos de exportação os produtos agrícolas, de valores inferiores.

A modernização do país era entendida como sinônimo de desenvolvimento e, portanto, toda a atuação do Estado se deu na lógica de modernizar todos os setores da economia, mecanizando o processo produtivo e melhorando a estrutura viária, a fim de potencializar a fluidez do território e aperfeiçoar a circulação de mercadorias.

Contudo, o que tivemos como resultado desse modelo desenvolvimentista, pautado na superexploração da força de trabalho humana, em função da valorização da mecanização no processo produtivo, foi a crescente desvalorização do homem, implicando, por conseguinte, na negação de seus direitos. Portanto, há que se questionar a eficácia desse modelo de economia modernizada, no que se refere à garantia de cumprimento dos interesses sociais.

Desse modo, trata-se de uma modernização conservadora e excludente. Conservadora, por manter os privilégios das minorias, e excludente porque produz apenas crescimento econômico, sem haver desconcentração da riqueza gerada, acentuando as disparidades sociais e produzindo a escassez. Exemplo disso foi a política de crédito agrícola implantada no país no século XX, a qual carrou vultosos volumes de recursos para a agricultura patronal ou empresarial, em detrimento da agricultura familiar ou camponesa, muito embora se reconheça a importância desta última na geração de postos de trabalho e na garantia de abastecimento do mercado interno, uma vez que é responsável por mais de 70% da produção agropecuária de alimentos (Oliveira, 2001).

Sobre esse assunto, Castro (1966, p. 49-50) coloca o seu desapontamento quanto a essa lógica de atuação das políticas do Estado, ao reconhecer que de fato nada tinha sido feito para solucionar a problemática da fome, afirmando que

Fizemos bem pouca coisa de substancial e de decisivo e não de simples interesse aparente ou demagógico para combater a fome e a miséria reinantes no mundo. É verdade que nenhuma expressão tem tido maior ressonância nos cenários internacionais e nas formulações de planos teóricos para a salvação do mundo do que a expressão *desenvolvimento econômico*. Este tem sido encarado por muitos como a panacéia para a cura de todos os males, mas em relação ao verdadeiro desenvolvimento econômico, a distância é bem grande.

No Brasil, o resultado desse processo de modernização trouxe, entre outras implicações, o acirramento de um complexo problema: a falta de um desenvolvimento econômico e social, sobretudo nas regiões Nordeste e Norte, nas quais se verifica uma acentuação de problemas, como a miséria e a fome.

A partir da década de 1960, o Estado, agora controlado pelos militares e pelas normas corporativas, - nessa lógica de complementaridade entre o Estado e o Mercado - permanece atuando ativamente para criar o meio técnico, isto é, a configuração territorial que, por sua vez, é formada pela inter-relação dos sistemas de engenharia (SANTOS, 1988).

Assim, a produção excludente feita pela “ação conjugada das estruturas monopolísticas e do Estado” (SANTOS, 2004, p. 187), entre as décadas de 1960 e 1980, no Brasil, beneficiou apenas as classes mais favorecidas. Afinal, aprofundou as desigualdades sociais, em virtude da concentração da riqueza nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que acentuou a pobreza e a miséria, produzindo a escassez. Tanto é que, a década de 1970 foi marcada pelo ‘milagre econômico brasileiro’, época em que a economia nacional crescia substancialmente, contudo sem haver desenvolvimento social de fato.

Para Santos (2004, p. 49), os pobres “são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade”. Nessa perspectiva, preocupado com a situação alimentar da classe trabalhadora, Josué de

Castro elaborou um estudo e descobriu que suas rendas não lhes possibilitava consumir nada além de suas necessidades básicas de vida, que compreendiam alimentação, abrigo e vestuário. Constatou ainda que “a alimentação habitual das massas trabalhadoras reduz-se a feijão, farinha, charque, pão, café e açúcar” (CASTRO, 1959b, p. 84). Se reproduzir assim somente é possível, porque se vivea fome endêmica.

Para esclarecer melhor esse quadro, os dados mais recentes revelam que três em cada quatro brasileiros possuem renda per capita que não ultrapassa meio salário mínimo, o equivalente a R\$ 4,30 por dia (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010). Como resultado disso, mais de um terço dos brasileiros afirma que não come o suficiente “às vezes” ou “normalmente”, demonstrando sua situação de fome (PEREIRA FILHO, 2010).

A técnica em si mesma constitui um elemento modernizador que configura novas formas e funcionalidades e produz mudanças no uso do território. Esse processo de modernização se dá por meio da incorporação da técnica ao território nacional. E a diferenciação no uso político da técnica, é o que ocasiona as desigualdades territoriais.

Essas desigualdades são geradas como forma de reafirmar a riqueza de poucos, em detrimento da maioria, uma vez que o capital se alimenta de tais desigualdades para se reproduzir. Considera-se, portanto, que o território revela as condições de vida dos grupos humanos, de modo que a população é duplamente excluída e marginalizada: socialmente e espacialmente.

A FOME E A ESCASSEZ NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

No Brasil, o período técnico-científico-informacional tem início ainda na década de 1970, e constitui o período histórico atual, sendo cotidiano e as relações sociais impregnados do artifício da técnica, tornando o espaço geográfico, por sua vez, cada vez mais tecnicizado e cientificizado. A técnica está contida em tudo, visto que todos os objetos e ações criados decorrem desta (SANTOS, 2001). E considerando que os sistemas de engenharia evoluem, os objetos e ações agora produzidos são clivados de técnica e ciência, uma vez que já possuem informação.

Conforme Santos (1988), o aperfeiçoamento desses sistemas de engenharia permite a ampliação e aprimoramento da produção, da circulação, da distribuição e do consumo, logo permite a maximização do lucro. Assim, compreende-se que os objetos técnicos não são isolados, mas sistêmicos. Os sistemas técnicos estão interligados, são indissociáveis, são relacionais, tanto é que um veículo, por exemplo, não poderia funcionar sem que houvesse um sistema rodoviário ou sem as fontes de energia (combustíveis).

No período atual, verifica-se a perversão da técnica, da ciência e da informação a favor do modo de produção, em detrimento da sociedade. Souza (1995, p. 3) provoca reflexões sobre a fome, quando expõe que a evolução da ciência e da tecnologia deveria erradicar a fome, todavia, isso não ocorre.

Ainda de acordo com Souza (1995), o alimento é condição de existência para o homem e elemento de acumulação de capital para o mercado, constituindo-se uma mercadoria que possui valor de uso para uns e valor de troca para poucos, gerando assim, o par dialético abundância/escassez.

As técnicas são hegemônicas, no entanto, se configuram e se distribuem desigualmente no território, no contexto de uma produção capitalista essencialmente excludente. Ou seja, “não há satisfação para todos. Não é que a produção necessária seja globalmente impossível. Mas o que é produzido, – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído” (SANTOS, 2001, p. 129).

Nesse contexto, torna-se possível compreender a escassez, não mais vinculada aos determinismos naturais, pois as carências que atingem o mundo não são resultado de fenômenos naturais, mas são, antes de tudo, socialmente produzidas. Assim, a escassez produzida socialmente ocorre em função das novas necessidades criadas pela técnica e pelo imperativo do consumo, já que uma grande parcela da sociedade não pode ter acesso às mercadorias (SOUZA, 1995; SANTOS, 2001; SANTOS, 2010).

Sendo assim, conforme aponta Santos (2001, p. 130), todos os dias somos apresentados a uma nova experiência de escassez, afirmando que “o nosso tempo consagra a multiplicidade das fontes de escassez, seja pelo número avassalador dos objetos presentes no mercado, seja pelo chamado incessante ao consumo”.

Souza (1995, p. 05) define escassez como sendo a “absoluta regulação entre demanda e necessidade, quando se refere aos elementos indissociáveis à reprodução material da vida”, sendo então criadas estrategicamente novas mercadorias que garantem a manutenção das disparidades sociais, devendo, portanto sempre existir a abundância (que representa a acumulação da riqueza). É desse modo que se compreende a escassez como uma produção social onde “a riqueza de alguns, assume seu mais profundo sentido quando defrontada com a privação de outros” (SOUZA, 1995, p. 06).

O Brasil tem apresentado, nos últimos anos, capacidade incessante e recorde de superávit primário, especialmente na produção de matéria-prima e alimentos. Exemplo disso é a produção de aço, de etanol, de grãos e carne. No entanto, mantém praticamente inalteradas a estrutura fundiária e a capacidade de redistribuição da riqueza gerada nesse modelo de crescimento econômico, o que viabiliza a manutenção do exército de famintos no território nacional, inclusive nos territórios que mais produzem tais bens e mercadorias.

Sobre esse assunto, Stédile (2005) coloca que a problemática da fome está diretamente vinculada à injustiça na distribuição da terra, uma vez que, aproximadamente metade da população que passa fome no Brasil, vive nos territórios rurais, de modo que há de um lado, grandes latifúndios improdutivos e de outro, um grande número de trabalhadores, os quais saberiam e poderiam trabalhar a terra, caso tivessem acesso a ela.

A estrutura fundiária de um país corresponde à forma como a terra está distribuída, e no caso do Brasil, os estabelecimentos com até 100 hectares podem ser considerados unidades de produção familiar, sendo assim, essas pequenas propriedades ocupam uma área de 135.474.462 hectares, ou seja, 31,9% das terras agricultáveis e as médias propriedades ocupam 19,9%, ao passo que as grandes propriedades ocupam 55,8%, que equivalem a 318.904.739 hectares de terra, dos quais 71% são improdutivos (CADASTRO DO INCRA, 2010).

Um pequeno número de estabelecimentos de médio a grande porte detém a maior parte das terras, ao passo que, os demais proprietários ocupam uma área insuficiente para viabilizar a produção agrícola, de modo a proporcionar uma vida digna. Diante do exposto, pode-se inferir que a propriedade da terra não tem cumprido sua função social, – que é produzir alimentos – mas tem funcionado como *reserva de valor* e capital imobilizado para especulação nas mãos de poucos.

Contudo, todos os investimentos e esforços feitos pelo Estado, sobretudo, a partir da década de 1950, período em que se inicia o processo de tecnificação da agricultura brasileira, foram no sentido de favorecer o latifúndio – seja as oligarquias rurais ou mesmo as agroindústrias nacionais e internacionais. Ademais, o Estado gera um conjunto de facilidades no que se refere, por exemplo, à criação de infraestrutura no campo, o que permite maior fluidez, fomenta o desenvolvimento do sistema de distribuição e logística, financia o uso de máquinas e insumos agrícolas e disponibiliza terras aptas (as mais férteis) para a produção de *commodities*, que no Brasil são a cana-de-açúcar, a soja, o suco de laranja, o trigo, o café e parcialmente o milho – este último é também produzido na lógica da Agricultura familiar, se constituindo base da alimentação, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Na tabela a seguir (Tabela 01) apresenta-se a evolução histórica de produção das *commodities* anteriormente mencionadas.

No geral, o processo produtivo dessas *commodities* é realizado em grandes propriedades rurais, e tem na etapa da produção propriamente dita, o emprego de mão-de-obra relativamente qualificada e o uso de técnicas agrícolas modernas. Destarte, para a realização das etapas de circulação e distribuição, são feitas modificações no território no sentido de permitir a flexibilidade e a capilaridade dos transportes, garantido fluidez e dinamicidade do ponto de vista econômico.

SÉRIE HISTÓRICA DA QUANTIDADE PRODUZIDA DE COMMODITIES NO BRASIL						
COMMODITIES	1950	1960	1970	1980	1995	2006
Café em coco (Toneladas)	1.952.774	4.069.493	1.140.510	2.117.341	2.838.194	2.360.756
Laranja (Mil frutos)	4.389.472	6.735.671	15.418.119	39.227.712	78.142.438	11.690.719
Cana-de-açúcar (Toneladas)	22.920.101	39.857.707	67.833.698	139.596.679	259.806.703	384.165.158
Milho em grão (Toneladas)	6.660.680	9.183.265	13.123.657	15.932.790	25.510.506	42.281.800
Soja em grão (Toneladas)	45.023	216.033	1.893.199	13.769.119	21.563.770	40.712.683

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Com um processo produtivo praticamente todo mecanizado ocorre, por conseguinte, uma diminuição da ocupação de força de trabalho absorvida pela agricultura, provocando a proletarianização da população que permanece no campo. Ao mesmo tempo em que essa mecanização da produção desencadeia constantes migrações de trabalhadores rurais que temporariamente passam a constituir o proletariado urbano, originando um processo de periferização crescente das cidades, tendo em vista que estas não se encontram preparadas para receberem as novas demandas por empregos, serviços e moradias.

Por outro lado, durante o período de safra das *commodities*, são contratados trabalhadores temporários para atuarem nas áreas que ainda não foram totalmente mecanizadas. Esses trabalhadores sazonais (boias-frias) são duplamente marginalizados (por constituírem o proletariado urbano e por não se inserirem nas atividades produtivas urbanas), sujeitando-se a relações de trabalho de superexploração. Os trabalhadores volantes recebem um pagamento diário proporcional à sua produtividade, o que tem levado muitos deles a trabalharem até 16 horas por dia, sendo, portanto, comuns os casos de mortes por exaustão. Essa relação de trabalho se constitui em uma das faces mais perversas do capitalismo (LOCATEL e AZEVEDO, 2008).

Ademais, a soberania alimentar não só da população rural, está em risco, haja vista que as terras agricultáveis, que outrora eram utilizadas para a *produção de alimentos*, paulatinamente, passaram a ser utilizadas para a *produção de commodities*. Locatel e Azevedo (2008) argumentam que com a crescente substituição de culturas de alimentos, em virtude da territorialização do capital monopolista na agricultura, os recursos destinados aos projetos realizados na lógica do Agronegócio, retiram recursos e infraestrutura da agricultura familiar, responsável pela produção de parte considerável dos alimentos consumidos no mercado interno.

Sabendo que o processo de industrialização da agricultura não ocorreu de forma homogênea em todo o território nacional, ao tratar sobre o aumento do consumo produtivo no campo, Oliveira (2001) coloca que há uma concentração, quer espacial, quer setorial do emprego da técnica no processo produtivo agrícola. Isso porque o nível de tecnificação não ocorre da mesma maneira nos variados estabelecimentos agropecuários, sendo bastante heterogêneo. É nesse contexto de desigualdades e contradições que o capital encontra uma forma de se reproduzir, já que as lavouras que não são lucrativas ficam a cargo da agricultura familiar.

Nesse sentido, o uso do território brasileiro revela ainda que a produção de carências, principalmente a mercadoria alimento, pode ser compreendida a partir das “diferentes densidades técnicas e informacionais produzidas pelo homem, refletindo nas visíveis relações entre abundância/escassez” (SANTOS *et al*, 2010, p. 4).

É nesse contexto que Santos (2001, p. 59) sustenta que “a fome deixa de ser um dado isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente”, pois a apropriação desigual do valor (da mercadoria) ocasiona uma das mais perversas formas de escassez – a fome.

Diante disso, pode-se constatar que, mesmo que “toda a escassez que aflige os homens venha a acabar, não quer dizer que acabaram assim as necessidades, pois estas são autônomas e recriadas constantemente” (SANTOS *et al*, 2010, p. 4), isto é, são recriadas de acordo com os interesses do mercado global.

Considera-se, portanto, que as desigualdades do território nacional revelam a dialética escassez/abundância, evidenciando os diferentes níveis de acesso desses grupos humanos a um regime alimentar adequado ou não.

RETRATOS DO NORDESTE: OS CANAVIAIS, AS SECAS E OS MANGUES

A obra de Josué de Castro evidencia notória preocupação do autor com a região Nordeste, dedicando parte considerável da sua análise à discussão sobre a complexa questão da fome nesta região. Certamente, foram as circunstâncias e experiências pessoais e profissionais que envolveram situações de fome, vividas desde sua infância no estado de Pernambuco, presenciando o desrespeito ao homem com a fome induzida, que o levou a pensar num outro mundo e a lutar pelo desenvolvimento humano, uma vez que para este autor, só há desenvolvimento se este for o desenvolvimento do homem.

Ademais, percebe-se que a problemática abordada por Josué de Castro ao longo do desenvolvimento de suas análises sobre a fome no Nordeste, toma hoje maiores proporções e uma face ainda mais perversa, quando se constata que, na referida região, localizam-se os cinco estados com os maiores índices de miserabilidade do país, sejam eles: Bahia, Ceará, Piauí, Alagoas e Maranhão, os quais apresentam respectivamente: 57,89%, 58,65%, 63,30%, 63,75% e 68,42% de sua população total composta por miseráveis (CPS/IBRE/FGV, 2000)

Na atualidade, cerca de 59% da população brasileira que se encontra em situação de extrema pobreza, está concentrada na região nordeste, o que corresponde a 9,6 milhões de pessoas, de modo que a insuficiência de renda constitui fator importante que permite a manutenção de um regime alimentar carencial (MDS, 2012). Nesse sentido, conforme aponta Castro (1959a, 1959b, 1967a, 1967b, 1980), faz-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de estudos que busquem compreender de que maneira a fome está especializada no território brasileiro e em especial na região Nordeste.

Em *Sete Palmos de Terra e Um Caixão*, Castro (1967a) aponta que o objetivo inicial das ligas camponesas, não foi lutar por melhores condições de vida para os camponeses que se encontravam nessas áreas de canavial, mas de lutar pelo direito de serem enterrados dignamente quando mortos pela fome e pela miséria. Assim, Castro (1967a, p. 23) indaga sobre qual seria a motivação dessa população em reivindicar sete palmos de terra e um caixão para serem enterrados. A resposta está na história, que é a constante luta para superar a escassez (SOUZA, 1995). Ou seja, o fator que motivava esses povos a realizarem sua reivindicação de mortos pela fome explica-se pelo fato de que, em vida, estes homens nunca possuíram nada – “nem terra, nem casa, nem mesmo seu corpo e sua alma, alugados a vida inteira aos senhores de terra” (CASTRO, 1967a, p. 5). O direito à morte era o único direito que não lhes poderia ser negado.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, responsável por garantir a segurança alimentar dos brasileiros, a partir de 2006, passou a assegurar que “a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, devendo o poder público garantir a segurança alimentar e nutricional da população”, conforme o seu artigo segundo.

No entanto, o Nordeste se caracteriza como uma área de grandes tensões sociais, onde o complexo problema da fome é bem mais acentuado, em relação às outras regiões do país, revelando uma realidade perversa, na qual um em cada quatro nordestinos não tem garantia de acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularmente (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010). E isso se evidencia, tanto nas cidades quanto no campo, do litoral ao sertão.

De acordo com dados mais recentes, constatamos que o Nordeste possui os piores índices de mortalidade infantil do país, pois cerca de 17% das crianças com menos de 5 anos de idade, encontram-se em situação alimentar grave, ao passo que nas regiões Sul e Sudeste, a média é de 5,3% e no Centro-Oeste 5,7%. Ou seja, a discrepância nessa área é bastante acentuada quando comparada às demais regiões do país (PEREIRAFILHO, 2010).

Recentemente, em entrevista realizada pela Comissão Pastoral do Migrante da região Nordeste – CPT/ NE, os últimos moradores da população tradicional que outrora ocupavam as áreas de manguezal do município de Sirinhaém – PE declararam que, apesar de estarem sendo expulsos dessas áreas, para a instalação de uma Usina, continuarão lutando para permanecerem no estuário, pois todas aquelas famílias que foram expulsas, encontram-se na periferia do município, vivendo em condições subumanas, haja vista que foram proibidas de exercer seu modo de vida tradicional. Assim, uma moradora declara “Se a gente for pra rua a gente vai fazer o quê? Morrer de fome. Muitos dos que saíram daqui estão passando fome hoje, vivem de barriga vazia. Eles só viviam bem dentro dos manguezais” (CPT/NE II, 2010).

Essa situação já havia sido alertada por Josué de Castro em sua obra *Homens e Caranguejos*, onde o autor colocava que “os homens se assemelhavam em tudo aos caranguejos, arrastando-se na lama para sobreviver ou parados como caranguejos na beira d’água ou caminhando para trás como caminham os caranguejos” (CASTRO, 1967b). Para Castro (1967b, p. 13), “esses seres anfíbios, habitantes da terra e da água,” estavam impregnados com a lama do mangue, aponto de não conseguirem mais sair do ‘ciclo do caranguejo’. Desse modo, a situação atual exposta acima pela população do manguezal, reafirma o que Castro (1967b, p. 13) já apontava: que “as populações de mangues ao tentar romper o ciclo do caranguejo, davam um salto para a morte”.

Castro (1967b, p. 26) ensina a teoria do Ciclo do Caranguejo, explicando que

A lama misturada com urina, excrementos e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhes as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos (...). O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez.

Após realizar estudos sobre o regime alimentar habitual das classes operárias, Castro (1967b) constatou que o leite fazia parte da dieta alimentar de apenas 19% das famílias operárias, mas isso em quantidades mínimas. Todavia, as populações tradicionais que habitavam os mangues da cidade de Recife substituíam o leite da alimentação das crianças pelo caldo de caranguejo. O que levaria Castro (1967 b, p. 28) a afirmar que “no mangue tudo é, foi ou vai ser caranguejo”.

Seguindo o raciocínio acerca da importância do mangue, Melo Filho (2010, p. 13) afirma que estes se constituem o lugar dos excluídos sociais, pois historicamente abriga em cidades como Recife “uma significativa parcela da população expulsa pelo latifúndio e pelas secas, some-se a isso, relações de poder pautadas na perversidade e no conservadorismo/autoritarismo”.

Ao fazer uma releitura da obra de Josué de Castro, percebe-se que este não se preocupou apenas com as populações ribeirinhas que habitavam os manguezais, mas mostrou-se atento também ao sertão nordestino, ao retratar o sofrimento das famílias com as secas constantes, dizendo que

Pelo caminho áspero e pedregoso, as solas de suas alpercatas vão batendo no chão como uma matraca e pensamentos trágicos começam também a matraquear a sua cabeça dolorida: Quando acabará esta seca terrível? Qual acabará primeiro: a seca ou a sua família: Que será melhor: morrer de fome e de sede na sua própria terra ou emigrar para morrer de fadiga e de vergonha na terra dos outros? (CASTRO, 1959b, p.52)

Nas outras regiões do país, era comum a noção simplista de que a fome no Nordeste era produto exclusivamente da irregularidade das chuvas e da inclemência do clima. Quando, na verdade, sabemos que a fome do Nordeste não é resultado dos efeitos da seca, mas do subdesenvolvimento da região, das relações políticas pautadas no coronelismo e no poder oligárquico, mas também da concentração fundiária vigente.

Diante disso, o autor questiona: “Que interesse poderá ter para o mundo a sorte destes nordestinos, devorados por seu complexo de frustração e colocados à margem da história, da

qual praticamente nunca participaram?”. De fato, a manutenção da fome, principalmente na região Nordeste, que possui os piores índices de nutrição do país, consiste em uma prática estratégica para garantir a subordinação desta região em relação às demais (CASTRO, 2003, p. 159).

É válido ressaltar que, no intuito de combater a pobreza e a fome, esforços têm sido realizados por parte do governo brasileiro, os quais têm resultado na elaboração de políticas públicas de caráter assistencialista, estas últimas assumindo a forma de políticas redistributivas, estas sendo “garantidas por programas governamentais e/ou por projetos de lei, as políticas redistributivas são percebidas pelos beneficiários como direitos sociais e atingem, segundo critérios definidos, grandes grupos sociais” (AZEVEDO, 2003, p. 02).

Em suma, o público alvo das políticas redistributivas é a população pobre, e sobre estas políticas, pode-se inferir que amenizam a situação de fragilidade presente na dieta alimentar das populações pobres, seja através da distribuição de leite, seja através de acesso a ínfimos recursos monetários provenientes de programas de transferência de renda, tais como a Bolsa Família, este resultando da unificação dos programas Bolsa-Escola, Vale Gás, o Bolsa-Alimentação e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA.

Em pleno século XXI, no apogeu do período técnico-científico-informacional, o Nordeste açucareiro, o semiárido e as periferias das grandes cidades nordestinas, continuam a perceber indicadores de notória pobreza e desigualdade, sendo a fome um mal que afeta parcelas significativas da população regional. Em alguns casos, a técnica e a informação servem, inclusive, como instrumentos de legitimação desse mal, seja através do não acesso, seja através do acesso restrito, manipulável e alienante dos objetos que marcam tais ações e recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período técnico-científico-informacional evoca o sentimento de egoísmo e de individualismo (SANTOS, 2001). Desse modo, se por muito tempo a fome se constituiu um tabu, em que não era aconselhável falar sobre esta, hoje a Globalização, isto é, o período técnico-científico-informacional, tratou de banalizar os graves problemas da humanidade, enquanto assistimos o processo crescente de valorização das futilidades, marcado pela fugacidade e efemeridade das coisas. Diante desta perversa realidade, somos acometidos diariamente pela fome quando nos deparamos, por vezes, com as expressões mais perversas que esta pode ter; todavia, pouco nos incomoda, ou incomoda a poucos, pois neste período alcançamos o ápice da alienação do homem.

Assim, por vezes, ver-se a fome como algo normal ou natural, pois para a sociedade alienada, o indivíduo é culpado por sua situação de miséria e degradação. Nesse contexto, se o indivíduo encontra-se em situação de fome, erroneamente admite-se que este não trabalhou ou não se qualificou o suficiente para adquirir, por meio da compra, portanto numa relação mercantil, os meios necessários a uma reprodução social digna. Logo, falar sobre essa problemática, fere as nossas suscetibilidades e se contrapõe aos interesses hegemônicos e conservadores.

O fato de se ter alcançado um significativo avanço técnico e científico, sobretudo da técnica neste período, mas não termos eliminado a fome, apenas ratifica que esta não é um fenômeno natural, mas um mal produzido pelo homem, a fim de reafirmar as desigualdades sociais e espaciais, bem como acentuá-las ou mesmo (re)criar desigualdades, que surgem, por sua vez, das novas necessidades criadas constante e incessantemente, produzindo assim, novas formas de escassez, já que boa parte da população não pode ter acesso aos bens e serviços demandados nesse novo cenário de escassez e abundância.

Tem-se capacidade para produzir alimentos para cerca de nove bilhões de pessoas, no entanto, um terço da população mundial vive abaixo da linha da pobreza, em condições subumanas. Ou seja, a fome é antes de tudo, uma criação dos homens para manter em desigualdade outros homens, com o intuito de legitimar os privilégios de poucos, em detrimento das necessidades de muitos, sendo essa relação de escassez e abundância as responsáveis pela reprodução do atual sistema produtivo, o capital.

Castro (2003) sustenta que para a promoção de um regime alimentar qualitativa e quantitativamente saudável se faz necessária a interferência e o compromisso efetivo e permanente do Estado, de modo que a influência do referido autor na política nacional de combate à fome é notória até os dias atuais, sobretudo no que concerne às decisões e práticas de instituições.

No entanto, nota-se que o Estado é o grande gestor e fomentador da agricultura moderna, financiando os grandes projetos, concedendo terras, criando infraestrutura para transportes, disponibilizando créditos subsidiados, tudo isso em áreas que antes eram destinadas à produção de alimentos, mas que paulatinamente têm sido substituídas por monoculturas, viabilizando a produção de *commodities*.

Portanto, é evidente que o modelo de desenvolvimento adotado, pautado no produtivismo e na primarização econômica, no qual se insere a agricultura moderna, não proporcionou a superação da problemática da fome no Brasil e no mundo, pois apesar de ter possibilitado o aumento da produção e da produtividade agrícola, os problemas relacionados à distribuição desta perduram, e provavelmente permanecerão por muito tempo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas Públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JUNIOR, Orlando, Alves dos [et al.]. (organizadores). *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

CADASTRO DO INCRA. **Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis – 2003/2010**. Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959b.

_____. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares: Anchiomé, 1980.

_____. **Geopolítica da Fome**: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 1º volume 5 edição Ed.: Brasiliense: São Paulo, 1959a.

_____. **Homens e os Caranguejos**. (Romance). São Paulo: Brasiliense, 1967b.

_____. **O livro negro da fome**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**: ensaio sobre o nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967a.

_____. **Fome**: Um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro / Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CPS – CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa do fim da fome II**. Ranking da Miséria por UFs. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/Nacional/Apresentacao.htm>>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

CPT NE II. **Questão agrária**: “O que está em jogo é a disputa de concepção de mundo”. Entrevista realizada, em 26 de outubro de 2010, pela Comissão Pastoral da Terra - Regional Nordeste II com o Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Geografia – Universidade Federal do Ceará).

DIÁRIO DO NORDESTE. **Fome atinge 17% das crianças no Nordeste**. Publicado em 2006. Disponível em: <<http://www.limitedaterra.org.br/noticiasDetalhe.php?id=315>>. Acesso em: 31 de outubro de 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=24>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

LOCATEL, Celso Donizete. AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Desenvolvimento Rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o Mito da Inclusão Social no Campo Brasileiro**. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/313.htm>>. Acesso em: 28 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo/SP: Contexto, 2001. p. 63-107.

PEREIRA FILHO, Armando. IBGE – **O mapa da fome no Brasil**. Disponível em: <[http:// ibge-o-mapa-da-fome-no-brasil.html](http://ibge-o-mapa-da-fome-no-brasil.html)>. Acesso em: 21 de novembro de 2010.

MDS - MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Plano Brasil sem Miséria**. Disponível em: <www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria>. Acesso em: 07 de abril de 2012.

MELO FILHO, Djalma Agripino de. **Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702003000200002&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 19 de novembro de 2010.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. SANTOS, Nivaldo Pinheiro dos. **Geografia das desigualdades: uso do território e produção da escassez em Limoeiro de Anadia - AL**. Trabalho publicado no Encontro Nacional de Geógrafos – ENG: Porto Alegre, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2008.

SOUZA, Maria Adélia de A. **Globalização e efeitos perversos: relendo a Geografia da Fome**. Departamento de Geografia da USP/ANPEGE. São Paulo, 1995.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil – o debate tradicional (1500 a 1960)**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2005.